

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43

**ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO
AMBIENTE- CONSEMA**

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de 1996, realizou-se a Quinta Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, na Sala de Eventos da Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM, situada na Av. A. J. Renner, 10, nesta capital, com início às 14h20min e com a presença dos seguintes Conselheiros: **Sr. Moacir Angelo Deves**, Representante Titular do SINDAGUA; **Sr. Sandor Arvino Grehs**, Representante Titular de Instituição Universitária Pública - UFRGS; **Sr. Ivo Krauspenhar**, Representante Suplente da Fundação Zoobotânica; **Sr. Gilberto Gonçalves** e **Sr. Valtemir Bruno Goldmeier**, Representantes Titular e Suplente, respectivamente da FAMURS; **Sr. Claudio Moreira Krebs**, Representante da Secretaria de Energia, Minas e Comunicações; **Sr. João Carlos Minella**, Representante da Secretaria do Desenvolvimento e Assuntos Internacionais; **Sr. Flavio Lewgoy**, Representante da AGAPAN; **Sr. Hugo Springer** Representante da FIERGS; **Sra. Christina Guimarães Gresele**, Representante da Secretaria de Educação; **Sra. Ellen Regina Mayhe Nunes**, Representante Titular da Instituição Universitária Privada/PUCRS; **Sra. Claudia Almeida Petry**, Representante da Secretaria de Ciências e Tecnologia; **Sr. Marco Antônio Simon**, Representante Titular da ASEPAN; **Sr. Herbert Klarmann**, Representante da Secretaria de Coordenação e Planejamento; **Sr. Leopoldo Witeck**, Representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento; **Sr. Fernando Petersen Júnior**, Representante da Sociedade dos Engenheiros do Rio Grande do Sul; **Sr. Claudio Coelho Marques**, Representante Suplente do Comitê de Bacias Hidrográficas e **Sra. Kathia Vasconcelos Monteiro**, Representante da Associação Democrática Feminina Gaúcha/Amigos da Terra. Participaram também: a Sra. Eleonora Cardoso Peixoto, Representante da Comissão de Saúde da Assembléia, representando o Deputado Eliseu Santos, a Sra. Maria Lúcia Coelho e Sra. Carmem Níquel, Técnicas da FEPAM. A Sra. Verena Nygaard deu início à reunião, procedendo a leitura das comunicações enviadas à Secretaria Executiva do CONSEMA, que são as seguintes: **Of.Gab.SCT/399/96**-Secretaria de Ciência e Tecnologia, será representada nesta reunião, pela Sra. Claudia Almeida Petry; **FARSUL** comunica o afastamento do Sr. Valmir Susin e indica o Sr. Antônio Boeira de Almeida como Titular neste Conselho; **Ofic.SEMC-1232/96**- A Secretaria de Energia, Minas e Comunicações se fará representar nesta Reunião pelo Sr. Claudio Moreira Krebs; **Of.ADFG/AdT-122/96**- indicando para representar a ADFG/Amigos da Terra no CONSEMA as Sras. Kathia Maria Vasconcelos Monteiro, como **Titular** e Maria Henriqueta Hommrich, como Suplente; **IBAMA**-Sr. Carlos Horminio Rebello e Silva comunica que por estar substituindo o Superintendente do IBAMA, Sr. Néilton Reis, não poderá comparecer à esta Reunião; **FAX/AGAPAN/ASEPAN** e **CEA** - manifestando repúdio a desconvocação da reunião do CONSEMA-18/10/96. Solicitando a transferência da reunião de 25/10/96, para outra data com maior antecedência de comunicação; **Fax/Secretaria de Obras Públicas, Saneamento e Habitação**, informando a ausência de seus Representantes, nesta Reunião, por compromissos já assumidos; Fax/Centro de Estudos Ambientais-CEA, justificando ausência involuntária de seus Representantes nesta Reunião, em razão de que, uma vez acordado na reunião plenária última, a realização de reunião na sexta-feira próxima passada, assumiram compromissos inadiáveis no dia de hoje. Solicita ao plenário que, as futuras reuniões a serem marcadas, sejam no dia e horário de costume.; **Of.066/96-AGAPAN**- comunicando que seus representantes encontram-se impossibilitados de

44 comparecer a esta reunião. Após, procedeu à verificação do quorum e assinatura do Livro de
45 Presença. Informou que o Sr. Germano Bonow, Presidente deste Conselho, não poderá comparecer à
46 reunião por motivos de viagem. Salientou que a reunião do CONSEMA, agendada para o dia
47 18/10/96, foi transferida, por solicitação do Presidente do Conselho, em virtude de viagem da
48 Diretora Presidente da FEPAM à Brasília, para reunião sobre a Rota do Sol com IBAMA, por ordem
49 do Sr. Governador. Em seguida, comentou a questão da participação da Representante da ADFG/At,
50 como membro do CONSEMA, nesta reunião, pois a nomeação oficial ainda não foi assinada pelo Sr.
51 Governador do Estado. O Sr. Marco Antônio Simon manifestou-se, dizendo que o Regimento
52 Interno não prevê esta situação, relatando ao Plenário o procedimento em outros Conselhos de que
53 participa. Por decisão do Plenário, foi admitida a participação no quorum, da representante da
54 ADFG/Amigos da Terra, ainda que não oficialmente nomeada. Passou-se ao primeiro item da pauta:
55 aprovação da ata da Quarta Reunião Ordinária do CONSEMA, a qual foi aprovada pelos
56 Conselheiros presentes. O Sr. Marco Antônio Simon, salientou que não foi incluída na pauta a
57 questão da tramitação do Código Estadual do Meio Ambiente. A Sra. Eleonora Peixoto disse que o
58 Deputado Eliseu Santos recebeu um convite do Presidente do CONSEMA, para participar desta
59 reunião, mas que a pauta não foi enviada. A Sra. Verena Nygaard informou que foi encaminhado um
60 ofício ao Presidente da Assembléia Legislativa, expressando o interesse do Conselho, em ter uma
61 oportunidade para manifestar-se sobre o Código Estadual do Meio Ambiente. Quanto ao convite ao
62 Deputado Eliseu Santos, comentou que o mesmo foi encaminhado com o objetivo de proporcionar
63 uma maior aproximação entre o Conselho Estadual de Meio Ambiente e a Comissão de Saúde da
64 Assembléia. Sugeriu que seja inserida no item assuntos gerais da pauta, a tramitação do Código
65 Estadual de Meio Ambiente, sugestão aceita por todos. Passou-se ao item dois da pauta: Pró-Guaíba.
66 A Sra. Maria Lúcia Coelho, Chefe do Departamento de Qualidade da FEPAM, iniciou a sua
67 exposição esclarecendo a participação da FEPAM no Projeto Pró-Guaíba, destacando os objetivos
68 desse plano e a sua priorização. Disse que será feito um diagnóstico ambiental, visando definir os
69 problemas existentes, com alternativas de solução, e que o Plano Diretor irá definir as prioridades de
70 ação dos projetos, que irão compor o módulo seguinte do Pró-Guaíba. Forneceu informações sobre
71 os investimentos previstos para o projeto e sobre a licitação da primeira etapa do Controle da
72 Poluição Industrial, dizendo que o Edital já foi publicado. Fez observações a respeito da compra de
73 equipamentos de laboratório, que serão utilizados na Rede de Monitoramento Ambiental. Após os
74 esclarecimentos, foi distribuída, aos presentes, uma cópia contendo a síntese da situação do
75 Programa. A Sra. Eleonora Peixoto informou que os Municípios procuram a Comissão de Saúde da
76 Assembléia, a fim de solicitar informações de ordem financeira relativas ao do Pró-Guaíba. Sugeriu
77 que a FEPAM repasse aos Municípios o material sobre o Programa, para os devidos
78 esclarecimentos. A Sra. Verena Nygaard, diante do exposto, solicitou que, através do Representante
79 da Secretaria de Coordenação e Planejamento, a situação apresentada seja repassada à Secretaria
80 Executiva do Pró-Guaíba. O Sr. Herbert Klarmann informou que a verba do Programa será destinada
81 às entidades, e que os Municípios serão beneficiados indiretamente. A Sra. Maria Lucia Coelho
82 comentou que, no Plano Diretor de Administração da Bacia, as prioridades serão citadas e que o
83 Conselho Deliberativo do Pró-Guaíba decidirá sobre as mesmas. O Sr. Moacir Angelo Deves
84 destacou que este assunto foi colocado em pauta, não só para conhecimento do trabalho realizado
85 pela FEPAM, mas também, para um entendimento global do Programa no Estado do Rio Grande do
86 Sul. A Sra. Verena Nygaard disse que seria interessante a participação do Secretário Executivo do

87 Pró-Guaíba, em uma reunião do Conselho, para uma exposição do Programa. A Sra. Maria Lucia
88 Coelho informou que o Plano Diretor não será mais licitado, e que será elaborado por uma
89 Coordenação Técnica, composta pelo Conselho de Recursos Hídricos, Metroplam, FEPAM,
90 Secretaria de Coordenação e Planejamento e um Representante indicado pelas ONGs. Após as
91 considerações dos Conselheiros, ficou decidido que o Secretário Executivo do Pró-Guaíba, será
92 convidado à participar da próxima reunião do CONSEMA. O Sr. Marco Antônio Simon lembrou
93 que a próxima reunião do Conselho, será para tratar, exclusivamente, da Política Estadual de Meio
94 Ambiente. Fez observações sobre o Pró-Guaíba, ressaltando que, no interior do Estado, os órgãos
95 ligados ao Governo, como por exemplo, a EMATER, baseiam-se em dados existentes em uma
96 cartilha publicada ainda no Governo passado, salientando que estas informações estão defasadas. A
97 Sra. Verena Nygaard sugeriu que o Conselho, em nome de seu Presidente, encaminhe uma
98 correspondência ao Secretário Executivo do Pró-Guaíba, relatando as dificuldades apresentadas e
99 sugerindo uma publicação atualizada e adequada do projeto, para ampla distribuição pública. O Sr.
100 Leopoldo Witeck perguntou se a FEPAM, atualmente, possui estrutura para receber o Pró-Guaíba. A
101 Sra. Maria Lucia Coelho informou que os projetos de Monitoramento Ambiental e Controle da
102 Poluição Industrial serão executados pela FEPAM, mediante a contratação de 75 concursados, já
103 autorizados pelo Governo do Estado. A Sra. Verena Nygaard salientou que o Projeto de Ações de
104 Controle da Poluição Industrial da Bacia, significa uma expansão das ações da FEPAM. Encerrado
105 este item, passou-se para o terceiro item da pauta: Pró-Rural. A Sra. Maria Lucia Coelho procedeu a
106 uma síntese sobre o assunto, dizendo que esse programa visa financiar ações para recuperação de
107 áreas rurais críticas. Comentou sobre o trabalho da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento,
108 que definiu áreas prioritárias para receberem recursos deste projeto. Destacou as exigências
109 necessárias para que os Municípios recebam recursos. Informou que a FEPAM foi convidada a
110 participar do programa, pois o Banco Mundial solicita que essas obras recebam licença ambiental.
111 Fez observações sobre os Convênios com os Municípios e sobre os pré-requisitos estabelecidos.
112 Comentou o monitoramento ambiental e o assessoramento às Prefeituras, realizados pela FEPAM e
113 sobre o treinamento ao pessoal da EMATER. A Sra. Verena Nygaard salientou que o Pró-Rural é um
114 programa de apoio ao pequeno produtor e que o treinamento dos Técnicos da EMATER tem o
115 objetivo de assegurar uma visão, ambientalmente adequada, das ações na área da produção rural.
116 Comentou a elaboração de cartilhas pela FEPAM, com orientações do programa como um todo. Fez
117 observações sobre a abrangência do programa, bem como suas prioridades. O Sr. Leopoldo Witeck
118 perguntou se, neste projeto, está previsto que os Municípios adotem preceitos de respeito ao meio
119 ambiente. A Sra. Verena Nygaard explicou que a previsão de recursos à FEPAM é também para a
120 elaboração de textos com orientações, para serem repassados aos produtores, através dos Técnicos
121 da EMATER. A Sra. Maria Lucia Coelho salientou que o Banco Mundial exige que no final do
122 programa, o órgão ambiental faça um relatório sobre a adequação ambiental das ações do Pró-Rural.
123 O Sr. Flavio Lewgoy solicitou informações sobre os critérios que separam o pequeno produtor
124 daquele que precisa de licenciamento ambiental. A Sra. Verena Nygaard informou que o Ministério
125 do Meio Ambiente está trabalhando na questão da definição da abrangência do impacto ambiental
126 para definir as competências. Disse que a FEPAM realizou uma listagem, que vai anexada aos
127 Convênios, onde estabelece critérios e define o que a Fundação considera pequeno e médio impacto
128 ambiental, e que essa questão é um desafio na área ambiental, devendo a Legislação Federal
129 estabelecer critérios que definam esses impactos. O Sr. Marco Simon solicitou informações a

130 respeito de como a FEPAM está monitorando e controlando o processo de licenciamento. A Sra.
131 Verena Nygaard informou a estratégia dos Convênios com os Municípios, dizendo que só serão
132 firmados se os pré-requisitos estabelecidos forem comprovados. Comentou também sobre o apoio da
133 Fundação às Prefeituras, bem como a fiscalização do Ministério Público. O Sr. Flavio Lewgoy
134 salientou que, devido à extensão do fracionamento dos Municípios no Estado, deveria haver um
135 consorciamento dos mesmos, para atender esta área, perguntando se está sendo feito algo à respeito.
136 O Representante da FAMURS explicou que a tendência é unir os Municípios neste aspecto. Após as
137 manifestações ficou decidido que um Representante da EMATER, seja convidado à participar da
138 reunião do CONSEMA, para fornecer detalhes específicos sobre o Pró-Rural. Passou-se para o
139 quarto item da pauta: Pró-Plast. Para explanar sobre o assunto, foi solicitada a presença da Sra.
140 Carmem Níquel, Técnica da FEPAM, que representa a FEPAM no programa. Dando início ao seu
141 comentário, fez uma síntese do programa, informando que o grupo formado para tratar da destinação
142 de resíduos plásticos foi designado através de Portaria, pela Secretaria de Coordenação e
143 Planejamento, em função de solicitação da FAMURS. Esclareceu o objetivo do grupo e a
144 metodologia aplicada, bem como a elaboração de Relatório Técnico e suas recomendações. Fez
145 observações sobre a Resolução Normativa nº 19-FUNDOPEM/RS, que institui o PROPLAST-RS,
146 distribuindo aos presentes um resumo com informações sobre o programa. Por fim comentou a
147 conclusão do grupo, dizendo que é importante que o trabalho continue e que a primeira atitude a ser
148 tomada é a atribuição de competência a grupo ou organismo integrante da estrutura do Estado, para
149 implementar a Política Estadual de Gerenciamento de Resíduos Plásticos. O Sr. Gilberto Gonçalves
150 fez comentários sobre o Relatório Técnico, dizendo da importância da participação do CONSEMA
151 nesse processo. A Sra. Kathia Vasconcelos disse que a ADFG/AT, vem discutindo este assunto já há
152 bastante tempo, salientando aos presentes que o CONSEMA, deve questionar este programa de
153 investimento do plástico. A Sra. Ellen Regina Mahye Nunes perguntou se foi realizada alguma
154 consulta à Internet, para obter informações sobre o que está sendo feito à nível mundial a respeito do
155 problema do plástico. Fez um rápido comentários sobre o Seminário, sobre o Gerenciamento de
156 Resíduos Sólidos, organizado pela FEPAM e PUCRS, e disse que o problema do plástico deve ser
157 resolvido de imediato. O Sr. Valtemir Bruno Goldmeier lembrou que o problema do plástico vem
158 desenvolvendo-se sem solução e disse que o CONSEMA deve posicionar-se sobre o assunto,
159 sugerindo o encaminhamento de um ofício à Secretaria de Coordenação e Planejamento, solicitando
160 informações sobre o que está sendo feito com relação a esta questão. Outro tópico citado pelo
161 Conselheiro foi o transporte de material e o pagamento do ICMS. A Sra. Verena Nygaard comentou
162 que é necessária uma estrutura no Estado para implementar a Política Estadual de Gerenciamento de
163 Resíduos Plásticos. Sugeriu que o CONSEMA assuma o problema, dirigindo um ofício ao Sr. João
164 Carlos Brum Torres, Secretário da Coordenação e Planejamento, fazendo referências à importância
165 do problema e da disposição do CONSEMA em colaborar. O Sr. Valtemir Bruno Goldmeier sugeriu
166 que no ofício conste a sugestão da criação de uma Câmara Técnica do CONSEMA, para trabalhar no
167 assunto. A Sra. Verena Nygaard comentou que, primeiramente, é interessante cobrar-se a posição da
168 Secretaria, após, conforme a resposta, sugerir a criação da Câmara Técnica. Passou-se para o quinto
169 item da pauta: esclarecimentos sobre estudos relativos ao impacto ambiental do Pólo Petroquímico e
170 Refinaria Alberto Pasqualini. O Sr. Flavio Lewgoy fez comentários sobre a duplicação da Refinaria
171 Alberto Pasqualini, em função da duplicação do Pólo Petroquímico, e também da diversificação
172 qualitativa da produção do Pólo, em termos ambientais. A Sra. Maria Lucia Coelho salientou que a

173 FEPAM está solicitando, ao Pólo Petroquímico, informações e que todos os aspectos serão
174 analisados. A Sra. Verena Nygaard disse que o RIMA estará à disposição, na FEPAM, para
175 esclarecimentos. O Sr. Flavio Lewgoy sugeriu que seja elaborada uma síntese com análises
176 realizadas, para que o Conselho tenha conhecimento. Lembrou aos presentes o falecimento do
177 Engenheiro Zeno Simon, e propos ao Conselho a emissão de voto de pesar pelo ocorrido. Quanto a
178 Refinaria Alberto Pasqualini, a Sra. Verena Nygaard informou que ficou definida a questão do EIA e
179 que o Termo de Referência deverá ser estudado pela FEPAM. A Sra. Kathia Vasconcelos Monteiro
180 citou a questão do plástico, sugerindo que conste no EIA/RIMA, uma avaliação da destinação final
181 dos produtos. Fez observações sobre o Programa do Governo do Estado de incentivo à indústria do
182 plástico, frisando que o assunto é preocupante e que deve ser iniciada uma discussão do mesmo. A
183 Sra. Maria Lucia Coelho destacou que seria interessante que sugestões sobre esta questão, sejam
184 entregues à FEPAM, quando da análise do RIMA, para que a Fundação direcione o assunto. O Sr.
185 Flavio Lewgoy sugeriu que seja incluído no EIA/RIMA, a responsabilidade das empresas em
186 difundir as tecnologias de reciclagens desses produtos. A Sra. Ellen Regina Mayhe Nunes
187 manifestou-se sobre a questão, lembrando a posição do Movimento Ambientalista Gaúcho, quando
188 da instalação do Pólo Petroquímico no Estado. Disse que o Conselho deve questionar o problema,
189 através de colaborações e sugestões ao EIA/RIMA, para encaminhar a questão no momento da
190 Audiência Pública. O Sr. Flavio Lewgoy citou a implantação da fábrica de tabaco em Santa Cruz,
191 dizendo que caberia uma consulta ao Estado do Rio Grande do Sul sobre a matéria. Colocou sua
192 posição a respeito do assunto, dizendo que o paradigma está cifrado na entrada de ICMS e emprego,
193 sem nenhum exame crítico da situação. Passou-se para o sexto item da pauta: criação da Câmara
194 Técnica Provisória, para tratar de incentivos ao financiamento de projetos na área ambiental. A Sra.
195 Verena Nygaard lembrou ao Conselho as razões pelas quais foi sugerida a criação desta Câmara
196 Técnica, sugerindo que esse assunto fique para o próximo ano. O Sr. Sandor Arvino Grehs salientou
197 que não existe necessidade de criar-se uma comissão específica para tratar deste tema, podendo ser
198 agregado à Câmara Técnica Provisória da Política Estadual de Meio Ambiente. Ficou decidido que
199 este item fique como pauta para uma próxima reunião. A Sra. Kathia Monteiro destacou que o
200 Conselho deve começar a pensar na regulamentação do ICMS Ecológico, dizendo que, para as
201 Prefeituras, é de fundamental importância. A Sra. Verena Nygaard, esclareceu que é necessário um
202 grupo técnico para elaborar um Decreto Regulamentador. O Sr. Gilberto Gonçalves disse que o
203 problema é a colisão de Leis, e que este problema deve ser discutido na Assembléia. A Sra. Kathia
204 Monteiro sugeriu que um Técnico da FEPAM, que está trabalhando com a Mata Atlântica, participe
205 da reunião do Conselho para colocar o que está acontecendo com os outros Estados sobre a questão.
206 Passou-se para o sétimo item da pauta: encaminhamento de ofício para a Corregedoria Geral da
207 Justiça, solicitando valores depositados nas contas judiciais de ações por danos ambientais. A Sra.
208 Verena Nygaard fez uma síntese sobre o assunto, dizendo que ofício será elaborado e que este item
209 permanecerá em pauta para uma próxima reunião. Passou-se para o oitavo item da pauta: assuntos
210 gerais: Código Estadual do Meio Ambiente; outorga do direito do uso da água; criação da Agência
211 Hidrográfica do Rio Guaíba; instalação do Fundo Estadual de Meio Ambiente. Em relação à
212 instalação do Fundo Estadual de Meio Ambiente, o Sr. Gilberto Gonçalves, prontificou-se a
213 colaborar coma Direção da FEPAM, no sentido de agilizar a questão. Sobre a outorga do direito do
214 uso da água e criação da Agência Hidrográfica do Rio Guaíba, ficou decidido que será encaminhado
215 um ofício ao Secretário Geral de Governo, Sr. Nelson Proença, bem como à Secretaria de Obras

216 Públicas Saneamento e Habitação, para manifestações sobre este tema. A Sra. Verena Nygaard
217 passou a palavra à Sra. Eleonora Peixoto, para que, numa síntese expusesse ao Conselho a situação
218 da tramitação do Código Estadual do Meio Ambiente, na Assembléia Legislativa. A Sra. Eleonora
219 Peixoto disse que a Comissão de Constituição e Justiça, após análise, verificou que haviam alguns
220 artigos inconstitucionais, inseridos no projeto, e para não inviabilizá-lo, por ser um projeto de
221 abrangência, os Deputados decidiram não arquivá-lo. A Comissão de Meio Ambiente também
222 solicitou vistas ao projeto para dar o Parecer de Mérito. Informou também que atualmente encontra-
223 se na Comissão de Serviço Público, devendo ser votado até o final desta legislatura. O Sr. Sandor
224 Grehs colocou a posição do Conselho e a preocupação sobre esta questão, dizendo que a Política
225 Estadual de Meio Ambiente deveria ser a balizadora do Código Estadual do Meio Ambiente. A Sra.
226 Verena Nygaard comentou alguns aspectos do Código Estadual do Meio Ambiente, dizendo que
227 deveria ser formada uma comissão para sistematizar, juridicamente, este documento, com auxílio de
228 pessoas ligadas á área ambiental. A Sra. Ellen Regina Mayhe Nunes perguntou qual o interesse de
229 ter-se a Política, a Lei e o Código Estadual do Meio Ambiente. A Sra. Verena Nygaard, para
230 esclarecer, disse que o Código é uma Lei mais abrangente e a Política Estadual é uma diretriz de
231 Governo, que não pode contrariar a Legislação existente. Explicou a diferença entre Política e Lei,
232 dizendo que a Política é um instrumento de Governo, enquanto que a Lei é um instrumento mais
233 permanente de equacionamento dos conflitos sociais. Fez referências aos Códigos existentes,
234 Forestal e de uso do solo agrícola, dizendo que não houve a preocupação de fazer este Código em
235 cima de um levantamento da Legislação existente. Disse ainda que o Governo deveria criar uma
236 comissão para sistematizar o Código Estadual e após elaborar um substitutivo. O Sr. Sandor Grehs
237 salientou que a Política deve ser balizada por uma Lei que permita a sua implementação. Disse que o
238 Código Estadual está confuso por ter sido elaborado antes da Política. A Sra. Eleonora Peixoto
239 comentou que a iniciativa será do Executivo e que se o Conselho achar necessário, se reuna criando
240 uma equipe de trabalho e realize o trabalho em tempo hábil, pois o Código vai ser votado ainda este
241 ano. Fez questão de esclarecer a sua posição na Assembléia, que é a de Assessor Técnico da
242 Comissão de Meio Ambiente, concursada, sendo indicada por sua especialização e não por cargo
243 político. A Sra. Verena Nygaard fez observações a respeito do ofício enviado ao Presidente da
244 Assembléia, salientando que o Conselho deve aguardar a resposta do mesmo para tomar uma
245 posição sobre o assunto. Disse que se o Código for aprovado, assim como está, a responsabilidade
246 será do Poder Legislativo. A Sra. Kathia Vasconcelos Monteiro disse que alguma alternativa deve
247 ser feita para evitar que este Projeto seja aprovado até o final do ano. O Sr. Marcos Simon comentou
248 a alternativa apontada de ser criado um grupo de trabalho, sendo que o Conselho poderia propor a
249 criação de uma Câmara Técnica Provisória que inclua algumas pessoas de outros setores para uma
250 pressão, junto a Assembléia, quanto à aprovação deste projeto. A Sra. Verena Nygaard salientou que
251 é um trabalho político, de um convencimento junto aos Deputados, da necessidade da criação desta
252 Comissão para sistematizar o projeto. Não havendo mais nada a ser tratado, os trabalhos foram
253 encerrados às 17h25min. Nada mais havendo para registrar, lavrei a presente ata que vai assinada
254 por mim e pelos Conselheiros presentes à reunião.

Verena Nygaard - Secretária Executiva do CONSEMA